

A VIDA FEMININA NOS ANOS DE CHUMBO: REPRESENTAÇÕES FEMININAS NO BRASIL NOS ANOS 60 E 70

Ilane Ferreira Cavalcante • Instituto Federal de Educação,
Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN); Doutora em
Educação (UFRN); E-mail: ilane.cavalcanti@ifrn.edu.br

RESUMO: Este trabalho privilegia a análise da representação da vida feminina que pode ser apreendida no romance *As meninas* de Lygia Fagundes Telles (1973) e nos periódicos *Veja*, *Cláudia* e *Realidade* publicados entre as décadas de 1960 e 1970. Essa análise cruza gênero, história e literatura, procurando observar como os atos públicos, políticos e sociais, interferem na vida daqueles que formavam o tecido social do período, principalmente na das mulheres. O resultado é a construção de um mosaico de elementos que constituem um olhar sobre o passado recente do país.

palavras-chave: História, Leitura, Educação, Representação, Configuração.

THE FEMALE LIFE IN THE 1964 BRAZILIAN REVOLUTION: THE WOMEN REPRESENTATIONS IN BRAZIL DURING THE 60'S AND 70'S DECADES OF THE XX CENTURY

ABSTRACT: This work analyzes the female representation present on the novel *As meninas* (1973), by Lygia Fagundes Telles, and the magazines *Veja*, *Cláudia* and *Realidade* published during the 60's and the 70's. This analysis goes beyond gender, history and literature, observing how social and political acts (that are public) interfere in the private life of those who formed the social texture of these years, mostly in the life of women. The result is a mosaic of elements that form my vision of the recent past of the country.

Key words: History. Reading. Education. Representation. Configuration.

1. CALEIDOSCÓPIO DE IMAGENS: HISTÓRIA E REPRESENTAÇÃO

*Quando nasci um anjo esbelto, desses que tocam trombeta, anunciou: vai carregar bandeira.
Cargo muito pesado pra mulher, esta espécie ainda envergonhada. (...)
Vai ser coxo na vida é maldição pra homem.
Mulher é desdobrável. Eu sou.
Adélia Prado (1991)*

Quem nasceu, como eu, em 1969, quando pensa sobre as décadas de 1960 e 1970, o faz através de imagens estereotipadas: a barriga de Leila Diniz, a viagem à lua, as ações dos guerrilheiros de esquerda. Até bem pouco tempo, essas duas décadas surgiam em minha mente através de um caleidoscópio de imagens que incluíam Beatles, Hair, Hippies, Vietnã, Raul Seixas, Caetano Veloso, tortura, militares. Imagens confusas mas, acima de tudo, em movimento, imagens de transformação. Afinal, foram as décadas do amor livre, da experimentação, da “viagem” e do “papo cabeça”.

Compreender melhor esse período da história do país foi importante elemento motivador na realização desta pesquisa. Reconheço ser essa uma história muito recente, mas visitá-la através de romances e de revistas me fez entender muito mais o que vivo e me fez perceber que muitas das questões que a sociedade discute hoje já faziam parte da vida das pessoas na época.

Como mulher, eu escolho visitar esse período histórico, tentando compreender como era a vida feminina na época, como a censura e a ditadura interferiam nas suas práticas sociais, e, para visitar essa época, eu escolhi quatro fontes distintas: um romance da escritora paulista Lygia Fagundes Telles, *As meninas* (1973) e três periódicos da época: *Veja*, *Cláudia* e *Realidade*.

As revistas foram escolhidas não só pela possibilidade de acesso, mas por sua diversidade. São revistas de grande circulação. A *Veja*, cuja estréia se deu em 1968 e é publicada até os dias atuais, tem periodicidade semanal e preocupa-se em trazer informações de caráter genérico, com seções sobre finanças, política e cultura. A *Realidade*, que circulou entre os anos de 1966 a 1975, tinha uma periodicidade

mensal e era mais voltada para as grandes reportagens, trazendo diversos resultados de pesquisa e estudos sobre o Brasil.

No diálogo com as revistas, observo a construção da representação feminina no romance *As meninas* (19738), de Lygia Fagundes Telles, que é um romance em que o panorama político do país se apresenta com muita força. Lygia Fagundes Telles ousou apresentar a história de uma militante de esquerda em plena ditadura militar, pois lançou o livro no auge da repressão política. As personagens principais são três moças (Lorena, Lia e Ana Clara), sem idade definida, porém bastante jovens, morando num pensionato religioso durante a década de 1970.

Lorena vem de uma família de classe social elevada, é uma mulher culta, estudante de Direito, que cita vários autores da literatura durante seus monólogos interiores. Apresenta, porém, uma grande insegurança emocional. Ainda criança, perdera um dos irmãos em um acidente doméstico: um irmão matou o outro com um tiro acidental. Também perdeu o pai e sua relação com a mãe não é das melhores. Lorena tem uma grande dificuldade de se relacionar e passa grande parte do seu tempo trancada em seu quarto, pensando no amor platônico que sente por um professor.

Lia é baiana e foi para uma cidade maior, supostamente São Paulo, estudar e fugir do domínio familiar. De uma situação social apenas remediada, frequentemente pede dinheiro emprestado a Lorena para as ações revolucionárias do grupo a que pertence. Seus pais são um alemão que fugiu do nazismo, cuja profissão é indefinida, e uma baiana, Dionísia, dona-de-casa. Lia se relaciona, ainda, com um rapaz cujo codinome é Miguel, preso político que ela luta para libertar e, quando consegue, é obrigada a partir ao seu lado para o exílio. Sua partida é indício de realização dos seus sonhos futuros.

Ana Clara nunca conheceu o pai e tem lembranças atormentadas dos frequentes amantes da mãe que maltratavam e violentavam a ambas. Sua infância e adolescência foram marcadas por constantes explorações sexuais que lhe renderam, entre outros, o trauma de não conseguir alcançar o prazer sexual. Fazia Psicologia na Universidade, mas trancou o curso. Seu maior desejo, aparentemente, é casar com um marido rico, que lhe dê uma boa situação financeira e seja cego para suas fraquezas: o álcool e as drogas. Para piorar sua situação, envolve-se com um jovem traficante, a quem ama, mas com quem tem imensa dificuldade de comunicação, e engravida.

O tecido textual do romance se constrói através das memórias, das tentativas de diálogo e das descrições que as jovens fazem de si e dos outros personagens. O período sobre o qual o romance se debruça é de tensão política e social, e, talvez, uma das grandes mudanças esteja situada justamente nos papéis e nas funções exercidas pela mulher na sociedade.

8 Neste trabalho utilizo a 32ª edição de *As meninas* (1998).

O conceito de representação é norteador de toda a discussão que se desenvolve aqui. Acredito, como afirma Bakhtin (1987), ao discutir a ideologia do signo, que as representações não só refletem o contexto em que são construídas, mas também se desviam dele, refratando-o. Bakhtin (1990) também afirma que o romance é o gênero que melhor se presta a esse tipo de análise, por representar vivamente o tempo e a sociedade em que se insere.

O romance tornou-se o principal personagem do drama da evolução literária na era moderna precisamente porque, melhor que todos, é ele que expressa as tendências evolutivas do novo mundo, ele é, por isso, o único gênero nascido naquele mundo e em tudo semelhante a ele (BAKHTIN, 1990, p. 400).

Palco das representações da sociedade e do mundo moderno, o romance é o gênero literário que melhor se presta a uma análise de uma sociedade, de um período histórico, de um grupo social. A representação, por sua vez, é uma construção, um ponto de vista elaborado por um determinado indivíduo, ou grupo, que demonstra como em um determinado contexto, a identidade social de outro grupo ou indivíduo é percebida, dada a ver. Ou seja, a representação possibilita:

[...] em primeiro lugar, o trabalho de classificação e de delimitação que produz as configurações intelectuais múltiplas, através das quais a realidade é contraditoriamente construída pelos diferentes grupos; seguidamente, as práticas que visam fazer reconhecer uma identidade social, exibir uma maneira própria de estar no mundo, significar simbolicamente um estatuto e uma posição; por fim, as formas institucionalizadas e objetivadas graças as quais uns “representantes” marcam de forma visível e perpetuada a existência do grupo, da classe ou da comunidade (CHARTIER, 1990, p. 23).

Chartier (1990) demonstra, dessa forma, que a realidade é uma teia em que diferentes grupos sociais se interrelacionam, gerando tensões e equilíbrio dos quais nascem as representações que esses diferentes grupos têm sobre si e sobre os outros.

O conceito de configuração proposto por Elias (1970) demonstra que uma configuração se forma através de redes de interdependências entre sujeitos num determinado jogo social. Ou seja, uma configuração é uma formação social de dimensões variáveis, como uma sala de aula, uma escola ou uma comunidade.

Baseada nesses conceitos, busco traçar um panorama da representação da vida feminina que perpassa os periódicos e os romances analisados.

2. ANOS DE CHUMBO: ESPELHO DA DITADURA NAS FONTES

*A minha gente hoje anda
Falando de lado
E olhando pro chão, viu?*
Chico Buarque (1978)

A década de 1960 no Brasil fica marcada pelo início da ditadura militar, que se estenderá por toda a década de 1970. A ditadura só perderá a sua força no início dos anos 1980, com os primeiros passos rumo à abertura proposta pelo governo Geisel, através da revogação do Ato Institucional nº 5 e pelo movimento em prol da anistia.

A classe média foi uma das mais participativas tanto na instauração do novo regime quanto no seu combate nos anos seguintes. A marcha da Família com Deus e pela Liberdade, que antecipou e depois saudou a ditadura, reunindo mais de 500 mil pessoas no Rio de Janeiro, era um movimento que representava uma parcela da sociedade que acreditava na ditadura como a salvação do Brasil diante das ameaças de subversão, corrupção e comunismo.

Historiadores, como Reis (2000), demonstram que a maior parte da sociedade tinha simpatia pela ditadura. Em reportagem para a revista *Época*, ele afirma que as “marchas da Família com Deus e pela Liberdade reuniram mais gente que o comício do Jango na Central do Brasil (ÉPOCA, 28 de maio de 2001)”.

Grande parte da sociedade temia o que a imprensa nacional e estrangeira divulgava sobre a guerra fria, as imposições americanas à Cuba, à guerra do Vietnã. O medo do comunismo juntava-se aos graves problemas sociais enfrentados pelo Brasil na década de 1960. A classe trabalhadora se organizava em sindicatos ou em entidades anti-sindicais, ou inseria-se em movimentos nacionalistas. A classe trabalhadora rural organizava-se em Ligas Camponesas, liderando, no Nordeste, movimentos reivindicatórios com feições políticas. Grande parte da sociedade se mobilizava em prol de mudanças ou em prol da permanência dos valores e das estruturas já estabelecidas.

Entre os setores que apoiaram o golpe também havia uma divisão. Na verdade, três tendências lutavam pelo poder dentro das Forças Armadas. Em primeiro lugar, estavam os militares sob influência da Escola Superior de Guerra, articulados com IPES (Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais) e IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática). Em segundo lugar, vinha a “linha dura”, que congregava os escalões intermediários e tinha como porta-vozes alguns generais, como Costa e Silva. Eles propunham a permanência dos militares no poder e medidas cada vez mais autoritárias. E, em terceiro lugar, alguns generais, como Peri Bevilacqua e Mourão Filho, que denunciavam os aspectos antidemocráticos do golpe, assim como queriam evitar a total militarização do regime.

A linha dura delineou sua vitória desde os primeiros momentos, o que culminou com a prorrogação do mandato de Castelo Branco, com o AI-2 e AI-3 e com a indicação de Costa e Silva para a presidência, posteriormente.

O regime centralizou todo o poder e todas as decisões no Executivo, governando na base de atos institucionais, decretos lei e constituição outorgada. Foram suspensas as eleições diretas para governadores e presidente da República. Foram fechados os partidos políticos existentes e criado, por decreto, o bipartidarismo - Arena (Aliança Nacional Renovadora) e MDB (Movimento Democrático Brasileiro) (HABERT, 1996, p. 9).

A crescente insatisfação social faz aumentar gradualmente a truculência do poder instituído. Grande parte da sociedade brasileira via nos desígnios da ditadura, a única forma de evitar o “perigo vermelho”. Mas a sociedade aceitava ou se opunha ao regime com certa fluidez, com a mesma instabilidade que cercou a própria ditadura. Não foram maioria os grupos que optaram pela resistência integral.

Aos poucos, inicia-se um verdadeiro processo de caça às bruxas pelo país, com prisões, censura a publicações e intimidações de toda a ordem. Frustrada pela falta de ações decisivas do governo no combate à inflação e a outros problemas, a sociedade começa a se manifestar negativamente ao novo regime. Charges na imprensa exprimem o desagrado social, movimentos estudantis debatem as questões mais relevantes. “No teatro, na música de protesto, nas artes plásticas, ecoavam as perplexidades e as amarguras de amplos setores sociais (REIS, 2000, p. 41)”.

Na área da economia, distante do terror dos bastidores, o país desenvolvia-se próspero e dinâmico. O Produto Interno Bruto entra na década de setenta em pleno crescimento. Liderava esse crescimento do PIB a produção industrial, principalmente a indústria automobilística e a de eletroeletrônicos. Grandes corporações multinacionais instalam-se no país incentivadas pela mão-de-obra barata, grandes mercados potenciais e garantias políticas. É a internacionalização da economia. O fenômeno da globalização começa a dar os seus primeiros passos no Brasil. Cresce, nesse processo, uma onda ufanista incentivada pelo Estado com slogans como: *Prá frente, Brasil* ou *Brasil, ame-o ou deixe-o*, que culmina com a conquista da Copa de 1970 no México.

As mudanças econômicas pareciam levar a flores no futuro do Brasil. O Brasil era, então, o país do futuro. Entretanto, as desigualdades sociais só aumentavam. Os pacotes sociais, previstos pelo governo, não engrenavam. Com todas as dívidas e com os evidentes contrastes, o Brasil entra nos anos setenta como uma potência emergente no plano internacional e grande parte dos brasileiros canta, levados pela explosão ufanista, a música de Don e Ravel:

Eu te amo meu Brasil, eu te amo,
Meu coração é verde, amarelo, branco, azul-anil
Eu te amo, meu Brasil, eu te amo,
Ninguém segura a juventude do Brasil.

O “milagre econômico” multiplicou as oportunidades de trabalho e lançou as bases para uma diversificada e moderna sociedade de consumo; além de ter concentrado ainda mais a renda, de tal forma que o Brasil urbanizado do topo da pirâmide social se estabelece a uma distância quase insuperável da base rural dessa pirâmide.

Essa multiplicação das chances de trabalho mantém, entretanto, as normas da sociedade patriarcal. Poucas são as mulheres que ultrapassam as barreiras sociais impostas ao seu comportamento. A revista *Realidade* (Fev./1971) oferece uma reportagem (*Tenha a coragem de mudar*) que clama a sociedade para uma mudança, mostrando exemplos de pessoas que ousaram deixar um emprego estável em busca de outro que lhes desse maior prazer. A reportagem é seguida por um quadro intitulado *Estas profissões dão dinheiro. Escolha uma*. O quadro oferece o perfil de 10 profissões de sucesso, cada uma com a foto de um profissional em ação. Entre as 10, só uma apresenta um perfil já cristalizado socialmente como delegado às mulheres, o de secretária bilíngue.

A secretária bilíngue é a pessoa mais importante do escritório depois do executivo - a quem assiste nos mínimos detalhes. Suas funções vão desde controlar a correspondência, cuidar do arquivo e recepcionar, até redigir em português ou inglês ou servir como intérprete. É formada pelo curso de secretariado de nível médio. Mas, ao mesmo tempo, a aluna deve estudar algumas línguas, no mínimo inglês. (..) A secretária bilíngue deve ser também uma boa taquígrafa (REALIDADE, Fev./1971).

Todas as outras nove profissões são apresentadas não só com fotos de modelos masculinos, mas com todo o texto direcionado para esse gênero. Das nove profissões masculinas, apenas três exigem nível médio de formação educacional. As outras seis exigem curso de nível superior. A profissão feminina é uma profissão de nível médio. Além disso, exige apenas alguns cursos de língua estrangeira. Não há, realmente, nenhuma alusão à possibilidade de que as profissões apresentadas para homens possam ser exercidas também por mulheres.

As oportunidades de trabalho para a classe média cresceram durante a ditadura junto com as oportunidades de altos salários nas estatais ou nas grandes empresas privadas, o que aumentou o poder de compra de uma infinidade de produtos. Em 1969, os consórcios ofereciam o Opala e o Corcel, modelos recém lançados e totalmente direcionados a esse público de classe média. São inúmeras as propagandas de carro veiculadas nas revistas, procurando atingir, em sua grande maioria, um público familiar. Ou seja, o carro para a mulher/mãe, útil para levar os filhos à escola. O carro para o casal que ainda está formando uma família (caso do Fusca), o carro amplo, para viagens, caso do Galaxie, ou carros para viagens com toda a família, incluindo os animais de estimação, caso da Kombi. Como afirma a propaganda:

Com uma Kombi Luxo Volkswagen v. pode levar todos aqueles “itens” que tornam um passeio mais agradável. (..) Além de levar toda a família e as coisas que v. mais gosta em sua casa, Kombi VW tem mais 15 vantagens extras (..) (REALIDADE, Jun./1967).

Raul Seixas expressa sua opinião, seu humor e ironia, através da música *Ouro de tolo*:

Eu devia estar contente, porque tenho um emprego. sou dito cidadão respeitável e ganho quatro mil cruzeiros por mês.

(...)

Eu devia estar feliz porque consegui comprar um Corcel 73. (...) e agora eu pergunto: E daí?

Eu tenho uma porção de coisas grandes pra conquistar, eu não posso ficar aí parado (...)

(SEIXAS apud CARMO, 2001, p. 114).

Se, por um lado, a família “remediada” brasileira podia sair desfilando pelas ruas o seu Fusca zerinho, por outro, sofria pelos inúmeros perseguidos, exilados, desaparecidos e pelo medo e insegurança constantes. Medo do interlocutor, do vizinho da mesa ao lado, do desconhecido.

Ao se instalar no poder em 9 de abril, os militares obrigaram a dar uma reviravolta: com efeito, desmoronava a primeira experiência democrática que o país vinha construindo ao longo de dezoito anos (ALMEIDA; WEISS apud SCHWARCZ, 1998, p. 323).

Nesse ambiente instável, fazer oposição incluía uma infinidade de formas e ações: a resistência organizada em prol de uma revolta armada ou de uma redemocratização social; atitudes ocasionais de solidariedade a um perseguido; assinatura de manifestos; empréstimo de casa para reuniões políticas; participação em peças, filmes e manifestos públicos contra o regime. A sociedade participava dando sua opinião na imprensa, no teatro e, principalmente, na música. A ordem geral era testar os limites do que era permitido: “o que se pode escrever numa coluna de jornal, o que se pode compor e contar, o que se pode encenar ou ensinar sem atrair represálias pessoais” (ALMEIDA; WEISS apud SCHWARCZ, 1998, p. 330).

Esses limites vão se estreitando, cada vez mais, até o implacável golpe contra a liberdade pública e individual, que foi o Ato Institucional nº 5, em 1968. A existência deste ato afeta toda a configuração que eu possa construir sobre essas duas décadas, pois ele institui um importante fator político e social: a censura. Ela origina, em maior ou menor grau, os sentimentos que também atingiam os indivíduos durante esse período: a insegurança e o medo.

A imprensa nacional, ao mesmo tempo em que apresenta um grande crescimento originado pela crescente modernização da sociedade na década de 1970 e pelas novas tecnologias, por outro lado, enfrenta a presença constante e castradora da censura prévia.

Essas mudanças no “business” da comunicação - mudanças técnicas, tecnológicas, administrativas, de escala empresarial e de relacionamento do setor com o mercado e o Estado afetaram de modo substancial o exercício do jornalismo no país, o dia-a-dia dos jornalistas e suas escolhas políticas possíveis (ALMEIDA; WEISS apud SCHWARCZ, 1998, p. 350).

Foram poucos os meios de comunicação que assumiram uma atitude de oposição declarada ao regime. Entre os maiores jornais brasileiros o *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro, foi um dos primeiros a voltar-se contra o novo regime. Já em 3 de abril de 1964, estampou o editorial *Terrorismo não*, responsabilizando o governador Carlos Lacerda pela truculência da polícia carioca. Seus jornalistas - Antonio Callado, Carlos Heitor Cony, Hermano Alves, Márcio Moreira Alves, Otto Maria Carpeaux e Paulo Francis – tornaram-se porta-vozes da elite oposicionista. O jornal, no entanto, passou por uma longa agonia financeira, estimulada pelo regime e deixou de circular em junho de 1974.

Outros jornais que pouco tempo depois romperam com a ditadura foram o *Estado de São Paulo* e o *Jornal da Tarde*, da família Mesquita, que também sofreram censura prévia de agosto de 1972 a janeiro de 1975, véspera do centenário do jornal. Sua forma de protesto mais evidente foi a opção de preencher os espaços censurados com versos de *Os Lusíadas* ou receitas de culinárias, às vezes sem pé nem cabeça, para desespero dos leitores de mente literal, desapegados das questões políticas.

A revista *Veja*, muitas vezes, preencheu seus espaços censurados com o logotipo da editora Abril. A revista *Realidade*, que elaborava reportagens de gosto indigesto ao regime, sobre comportamento sexual, fidelidade conjugal, divórcio, aborto, chegou a ter uma edição especial sobre a mulher, em 1967, totalmente apreendida. Os censores brasileiros, que se tornaram famosos por sua total ausência de critérios objetivos, podiam pecar por excesso, jamais pela falta. Dessa forma, eles censuravam desde textos, programas, peças que fossem uma explícita crítica ao regime, até palavras e expressões que afetassem o que se estabelecia como “moral e bons costumes”.

O general Juvêncio Façanha, chefe da Polícia de Segurança Federal, que dava a palavra final na liberação de filmes e peças teatrais, afirmava que não deixava passar palavrões na boca das personagens femininas. *Mulher não diz palavrão*, diz ele em entrevista à revista *Realidade* (Abril, 1968). *Acho que dizer palavrão fere a dignidade de uma mulher*.

Afinal, dizia um investigador do DOPS paulista nos anos 70, o perigo era “sexo, marxismo e idéias exóticas” - que ele pronunciava “secho, marchismo e idéias ejóticas” (ALMEIDA; WEISS apud SCHWARCZ, 1998, p. 343).

Os censores estavam presentes nas redações dos jornais e revistas, nas emissoras de rádio e TV, em todos os meios de comunicação e só deixavam sair notícias filtradas e maquiadas que passassem uma imagem de paz, prosperidade e tranquilidade no país.

Embora o número de aparelhos ainda fosse reduzido na década de 1960, a televisão apresentou um crescimento considerável durante toda a década de 1970, impulsionada pelo “milagre econômico”. O lazer fundamental da população repousava, cada vez mais, nessa tela e ela começa a gerar comportamentos, ditar modismos e mostrar um retrato da sociedade através da novela. Um retrato censurado e intermediado pelos desejos da ordem pública, mantendo os indivíduos ao largo das grandes decisões. Durante o governo do general Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), a censura alcançou o auge de sua atuação. O general tentava, a todo custo, manter a imagem de um país próspero e tranquilo, com um grande futuro. A censura tinha, nesse projeto, um papel de destaque e a televisão

era o principal veículo de difusão dessa imagem. Tanto que, em mensagens do presidente à nação o tema girava em torno dessa imagem de tranquilidade que o país apresentava:

Sinto-me feliz todas as noites, quando ligo a televisão para assistir ao jornal. Enquanto as notícias dão conta das greves, agitações, atentados e conflitos em várias partes do mundo, o Brasil marcha em paz, rumo ao desenvolvimento. É como se eu tomasse um tranqüilizante, após um dia de trabalho (MÉDICI apud HABERT, 1996, p. 27).

Nesse ambiente de intensas mudanças, a imprensa voltada para o público feminino também se desenvolve bastante. A revista feminina é uma das formas que a mulher encontrou para projetar a sua presença no espaço público. Esse tipo de periódico, fundamentalmente voltado para o que se considerava serem “assuntos de mulher”, continha dicas de etiqueta, economia doméstica, prendas, higiene e beleza, além de um pouco de cultura, para que a mulher pudesse brilhar nas ocasiões sociais, com o famoso “verniz literário”.

As revistas femininas sempre se caracterizaram por uma linha diversional, um jornalismo de serviço, muito mais voltado para os temas tradicionais, ligados ao “eterno feminino”. Grande parte de suas matérias é chamada, no jargão jornalístico, de “fria”: matérias que não têm uma data exata para a sua publicação, que tanto podem aparecer hoje como daqui a duas semanas, ou serem retomadas, com leves alterações, na estação seguinte. Essa opção enfatiza o caráter ideológico das publicações, no sentido de que mantêm as estruturas que tradicionalmente condicionam os papéis femininos na sociedade.

A imprensa feminina é duplamente mítica. Primeiro, porque apresenta diversos conteúdos, senão todos, de forma mítica. Segundo, porque o conteúdo que a identifica mais de perto com seu público - isto é, a representação subjacente do feminino aparece sempre como mito (BUITONI, 1981, p. 6).

Nas primeiras décadas do século XX, essas revistas são palco, também, das reivindicações femininas por maior espaço e por maior diversificação de papéis na sociedade. Podem ser encontradas duas representações da mulher nas revistas analisadas: a tradicional - que circunscreve a ação feminina ao lar e engrandece as virtudes domésticas - e a progressista, que defende os direitos das mulheres, dando ênfase à educação e à cultura.

De qualquer modo, entre a literatura e as chamadas artes domésticas, o jornalismo feminino já nasceu complementar, revestido de um caráter secundário, tendo como função o entretenimento e, no máximo, um utilitarismo prático ou didático (BUITONI, 1981, p. 9).

O desenvolvimento e a modernização da sociedade sedimentaram o público feminino e as revistas femininas passaram a fazer parte das grandes editoras. Surgem *Querida*, *Amiga*, *Cláudia* e *Nova*. Revistas diversas voltadas para públicos diversos. Fundadas entre o desejo de traçar um perfil da mulher moderna e a necessidade de se ater às regras do mercado editorial, essas revistas acabam inovando na forma e mantendo o

padrão tradicional, com seções voltadas para economia e prendas domésticas, cuidado com os filhos, beleza e etiqueta.

Cláudia, a revista feminina que mais utilizo aqui, nasce no Brasil em 1963, tendo como modelo a revista homônima argentina. Ela quer representar o espírito da mulher moderna. Mantém as seções tradicionais das revistas femininas com algumas alterações modernizadoras, uma seção de consultas jurídicas, cuidados com plantas e animais domésticos e contos.

A *Cláudia* nº 22 (Jul./1963), por exemplo, traz uma seção que ensina a cuidar dos animais domésticos; a seção “Ser mulher... e ser feliz”, assinada pela personagem Anita Galvão, consultora feminina da Johnson & Johnson, que discute elegância; uma seção literária, trazendo o conto *O regresso* de Somerset Maugham; um artigo sobre *O problema dos casamentos estéreis - o homem também é responsável*, esclarecendo os problemas de esterilidade masculina e uma seção de estética: *Mostre um rosto sem preocupações*.

Entre as reportagens, chama atenção a que trata dos direitos da mulher casada, de autoria de Lena Maria, a abertura mostra uma mão feminina rompendo grilhões e a repórter retoma, rapidamente, a posição feminina na legislação romana, portuguesa e americana, citando, por exemplo, uma frase de Aristóteles que afirmava: “quando a natureza erra na fabricação de um homem, sai uma mulher” (*Cláudia*, Jul./1963). E colocando os Estados Unidos numa posição de avanço em relação aos outros países, inclusive o Brasil: “os EUA outorgam à mulher todos os direitos civis de que gozam os homens desde a Convenção Interamericana, assinada em Bogotá a 2/05/1948” (Idem).

A tônica da reportagem parece ser informar não só sobre as mudanças do Código Civil brasileiro em relação aos direitos e deveres da mulher casada, mas apresentar esse código em relação ao de outros países, dando ênfase aos avanços e às conquistas.

As reportagens também denotam que o público preferencial da revista *Cláudia* é a mulher casada. A maioria das propagandas demonstra esse fato, desde a do chá Tender Leaf, que apresenta as socialites Cecília Matarazzo, Sandra Massena e Gina Furlan, até a de móveis para a cozinha, cuja foto representa o sonho de uma adolescente com seu casamento. Prevalece, nessa e em outras revistas, a representação da mulher como um ser cujo maior desejo é formar uma família e cuidar do lar. Da realização desse seu desejo dependem a confirmação de sua feminilidade e o seu *status* dentro da sociedade.

A década de 1970 vai determinar o auge da comercialização da imprensa. As revistas logo se transformam em verdadeiros catálogos de mercadorias, entremeados por uma ou outra matéria jornalística. Trazem mais páginas coloridas, papel de melhor qualidade e, muitas vezes, matérias mais curtas e menos profundas.

Dessa forma, a revista apresenta um caráter de modernização muito mais voltado para o mercado que para a modernização da mulher em si. A revista se volta para a mulher que está apta a consumir os mais novos produtos oferecidos pela indústria. Aquela que está atenta às cores da moda, à roupa da moda, ao sapato da moda. A mulher que dirige na propaganda do Fusca, por exemplo, ela disputa o carro com o marido, sim-

plesmente porque esse carro é “fácil de dirigir. Fácil de estacionar. Obediente. Não dá problemas” (*Claudia*, Out./1963). No entanto, essa mesma mulher casada, que disputa o espaço público da rua atrás da direção de um carro, precisa aprender, na seção “A melhor maneira de...”, a passar e dobrar a camisa masculina com perfeição. Para tanto, a seção traz fotos passo a passo.

A mulher precisa ter uma aparência moderna, mas precisa manter as mesmas funções, os mesmos papéis que vinha exercendo ao longo da história. Essa é uma das constatações possíveis diante da leitura dessas revistas femininas, salvo exceções, como as crônicas de Carmem da Silva que abordavam questões como o aborto, a fidelidade e o divórcio. Sua perspectiva, moldada em bases psicológicas, tentava causar uma reflexão na leitora, em prol de uma mudança de sua visão de mundo, não só nas formas de ação. A crônica *Pura magia, quase milagre*, por exemplo, aborda as idealizações que a própria mulher constrói acerca de seus parceiros:

Todas as mulheres forjam um ideal de homem que corresponde às suas aspirações e necessidades: umas o querem forte, outras o desejam inteligente, algumas o sonham meigo, audaz, empreendedor, meditativo, sentimental, prático, dominante... (CLÁUDIA, Fev./1963).

Essa idealização, diz ela, pode arruinar o relacionamento, principalmente quando a mulher quer operar uma mudança no companheiro, tentando ajustá-lo a seus padrões ideais. A cronista propõe, então, que a leitora reflita sobre suas atitudes diante dos homens:

A leitora que, em maior ou menor grau, encontra semelhanças entre sua forma de amar e as aqui descritas, faria bem em proceder a um consciencioso auto-exame: que quero de meu companheiro? Em que medida lhe reconheço uma identidade própria, em que medida pretendo que seja reflexo de mim ou de minhas fantasias? (CLÁUDIA, Fev./1963).

Seja tocando em assuntos polêmicos, seja aconselhando uma revisão de valores, Carmem da Silva propõe, sempre, uma reflexão da mulher sobre si mesma em relação ao mundo, à sociedade, à vida e aos homens. Inseridas numa revista cujo público alvo é a mulher casada, as crônicas da autora deixam entrever, também, algumas mudanças em curso na sociedade brasileira, introduzidas, em parte, pelo movimento feminista.

O romance de Lygia Fagundes Telles retrata uma crise na própria constituição dos papéis masculinos e femininos. Essa crise se verifica, também, na representação observada nos periódicos analisados. O que me leva a afirmar que, entre as reformas sociais das décadas de 1960 e 1970, algumas das mais importantes se dão no ambiente privado, mais especificamente, nas relações familiares.

Lia, por exemplo, entra em choque com o futuro que os pais planejaram para e por ela: marido e filhos, muitos filhos. Esse é o principal fator que a faz sair de Salvador, onde nascera, para ir morar longe dos pais, num pensionato. Distante, ela pode levar a vida como acredita.

Preciso escrever comprido pra mãe. Outra carta pro pai, eles são opostos. Ao mesmo tempo, iguais. Quando não mando notícia, cada qual vai chorar no seu canto, um escondido do outro. Queriam tanto ver a filha recebendo o diploma. Noivando. Noivado na sala e casamento na igreja, com vestido de abajur. Arroz na despedida. Os netos se multiplicando, embolados na mesma casa, casa enorme, tinha tanto quarto, não tinha? (TELLES, 1998, p. 29).

O conflito de Lia se instaura na ruptura dos paradigmas que são estabelecidos pelo modelo ideal da mãe: a moça que se prepara para o lar, para o marido e para os filhos. Ela compreende o desejo dos pais, mas não pretende realizá-lo. Analisa o modelo à distância, como um sonho que não cabe na realidade em que ela se insere.

O feminismo, que poderia representar um importante fator nessa revisão de papéis familiares era, no Brasil da época, experimental e tateante, diz Ventura (1988). As mulheres sabiam mais o que não queriam, o que já constituía um avanço. Não queriam repetir o que consideravam a infelicidade das gerações anteriores e experimentavam liberando o vocabulário e o sexo. Muitos dos rebeldes da época tinham, como fato comum, a revolta contra os pais e a rejeição da família.

De tal maneira que muitos, como Calmon, reduzem os questionamentos da época a um “problema familiar freudiano”. Essa ocorrência aliás, não parece ter sido um fato isolado, como constata Vladimir: “Aquela rapaziada de 64/68 rompeu com a estrutura repressiva do pai, da mãe, da família, que tradicionalmente absorvia a rebeldia do filho e o colocava no bom caminho (VENTURA, 1988, p. 45/46).

A revista *Realidade* traz uma reportagem que discute o feminismo como uma briga justa, que pode ser perigosa. A reportagem comenta os mandamentos da Organização Nacional de Mulheres (NOW), dos Estados Unidos, e as manifestações que ela promovia entre as mulheres americanas desde 1966. Principalmente a marcha de setembro de 1970, em que cerca de cinquenta mil mulheres marcharam pelas ruas de Nova York, empunhando cartazes e faixas e gritando frases agressivas contra os homens. Uma das consequências dessa marcha fora a greve protagonizada por donas de casa em todo o país. A palavra de ordem era: *-Neguem tudo aos seus homens!*

O feminismo é, muitas vezes, alertado e ridicularizado em jornais e revistas do país que, para tanto, fixam-se na estereotipização das feministas como “feias” e “machonas”. Rose Marie Muraro é apresentada ao leitor como “mãe de cinco filhos, escritora e diretora do departamento de edições da Editora Vozes”; ou seja, em primeiro lugar, pela função regular de mãe que ela exerce na sociedade; em segundo lugar, pela profissão estável que tem, em terceiro lugar, é apresentada sua visão feminista através do livro recém publicado *Libertação sexual da mulher* (1971).

Betty Friedan, autora do livro que serve de verdadeiro manifesto contra a condição da mulher na sociedade, *Mística feminina* (1967), é descrita, na revista *Realidade*, como “uma senhora feia de 46 anos”. Essa revista expõe, na reportagem *Mulheres do Brasil, uni-vos*, a visão de Rose Marie Muraro, com quem a revista manifesta um alinhamento muito maior. Baseada nas palavras da feminista brasileira, o texto afirma:

A mulher é fundamentalmente igual ao homem (funções digestivas, respiratórias, intelectuais, etc.) e secundariamente diferente (funções sexuais e de reprodução). O que acontece é que, no mundo tradicional, essas diferenças foram extremamente valorizadas. A mulher ficou reduzida à sua função sexual e reprodutora e o homem desenvolveu sua capacidade intelectual na construção da sociedade e no domínio da natureza (REALIDADE, Mai./1971).

O que a reportagem aponta é que o feminismo brasileiro difere do americano, no sentido de ser muito mais conciliador. Rose Marie Muraro propõe o diálogo, a compreensão mútua entre homens e mulheres, percebendo a ambos como elementos fundamentais na construção da sociedade e alertando para a necessidade de um não ser oprimido pelo outro. O mesmo discurso conciliador que Carmem da Silva apresenta em seus artigos na revista *Cláudia*.

O feminismo no Brasil, nesse período, revestiu-se de um caráter específico, evitando o radicalismo e as confrontações explícitas. As mulheres evitavam o termo “feminista”, para não associar-se totalmente aos ideais norte-americanos, mas propõem, também, uma revolução, no sentido de uma maior participação da mulher na sociedade, sem que isso significasse a perda de suas características específicas. Nesse caminho, as mulheres repensaram uma série de modelos pré-estabelecidos propostos pela sociedade. Recusar os limites desses modelos significou lançar-se a uma aventura, cujos principais obstáculos seriam estabelecer para si uma identidade social diversa da proposta pela sociedade e construir-se enquanto sujeito social ativo.

Em meados da década de 1960, é que se começa a desenhar, na maior parte dos países ocidentais, uma nova participação da mulher na sociedade. A pílula anticoncepcional teve aí um importante papel, além dos acontecimentos de Maio de 1968 e dos movimentos feministas. A liberalização da contracepção permite à mulher um maior domínio sobre sua principal função social, a procriação. É justamente nessa década que a pílula se populariza no Brasil. A presença da mulher no mercado de trabalho começa a se estabelecer e gera a modificação do direito privado e das atividades domésticas:

Em todos estes processos, e particularmente na conquista de autonomia política e simbólica - o afirmar “nós, as mulheres” o feminismo, ou antes, os feminismos dos anos sessenta e setenta desempenharam um papel essencial, impondo a feminilidade como categoria fundamental da identificação política e organizando-se como espaço autônomo, onde podiam operar-se a sua desconstrução e a sua reconstrução (THÉBAUD, 1991, p. 19/20).

A década de 1970 vai trazer uma mudança gradual na participação feminina nas propagandas, por exemplo. As mulheres começam a aparecer em algumas posições mais destacadas. A propaganda da Ford Rural mostra uma mulher ao volante, o que já sugere uma inovação, pelo fato de a mulher estar numa situação de atividade. O texto enfatiza o seu papel de mãe: “Neste mundo tão inseguro a sua família precisa de uma Ford Rural” (VEJA, 2 Dez./ 1970).

Fica evidenciada a função que a sociedade espera da mulher e a fotografia a sedimenta, mostrando uma mulher e sua família. Enquanto isso, uma reportagem demonstra o

domínio feminino sobre o programa televisivo de maior audiência da televisão brasileira: a telenovela. Três mulheres são as principais responsáveis pelo sucesso das telenovelas no Brasil: Ivany Ribeiro, Glória Magadan e Janete Clair, escritoras.

Os modelos que a sociedade determinou como caracterizadores do feminino ainda são a forma predominante de representação das mulheres na mídia: a mãe, a dona de casa, a boa filha. Mas é possível perceber uma mudança sutil na representação dessas mulheres que, vez por outra, surgem em atitudes ousadas, rebeldes, ou em posição mais ativa na publicidade. As pesquisas denotam uma mudança de comportamento principalmente entre as mulheres mais jovens. A indústria cultural é um dos fatores que servem de estímulo e de veículo para essas mudanças. Mas são as mulheres que buscam mudar, que conquistam novos espaços e geram novas representações.

■ 3. PALAVRAS FINAIS: TECENDO A HISTÓRIA

Nas mulheres que escrevem hoje vivem as mães e avós que esconderam diários, vive também a experiência do livre exprimir-se, assim como vive a ambigüidade face ao que se está sendo.

Rosiska Darcy de Oliveira (1993).

Acredito que aprendemos com a experiência daqueles que nos antecederam. Através da memória dessa experiência, mesclada à nossa própria experiência pessoal no meio e no tempo histórico em que vivemos, construímos, aos poucos, o nosso próprio perfil. Ele se estabelece em nível de interdependência com todos esses fatores, e é através desse perfil, que vemos e somos vistos pelos outros, pela sociedade. Assim, pesquisar a história de um passado, distante ou recente, é construir um pouco da nossa própria história.

As mulheres de hoje, do nosso tempo, cobram de si mesmas um aprendizado e um percurso de auto-descoberta que é também a descoberta do mundo, ocupando um lugar todo seu na história, no espaço social e no espaço da cultura. Nesse caminho de descoberta, voltar-se para o passado é tentar reconstruir os fios que teceram a história da mulher. Nesses fios inúmeras faces surgem, faces de mulheres que, com grandes ou pequenas ações, reafirmando ou questionando os padrões morais e sociais de sua época, deixaram as suas marcas, para que eu, hoje, pudesse compreender como se estabeleciam as relações entre a mulher, seu meio social, seu tempo. Como era a vida da mulher na família, como se dava a sua conquista por emprego, como ela reagia e como era a reação da sociedade para aquela que não seguia os modelos impostos. Enfim, como era o seu estar no mundo.

Mulheres que viviam, então, a descoberta da pílula anticoncepcional, elemento fundamental na libertação da sua sexualidade. As primeiras experiências com a pílula vieram cercadas de medo, de desinformação, de resistências. Inconscientes dos mecanismos

biológicos de seu sexo e do sexo oposto, as jovens das décadas de 1960 e 1970 recorriam, muitas vezes, ao aborto, em clínicas ilegais, ou através de métodos caseiros, que podiam levar a danos irreversíveis ou à morte. E será que ainda não é possível afirmar que, ainda hoje, apesar das campanhas governamentais, apesar da televisão, o mesmo acontece com muitas mulheres das classes mais desfavorecidas, carentes de informação sobre seu próprio corpo, sobre sua própria sexualidade?

Essa, assim como outras questões elaboradas ao longo deste trabalho, permanecerá sem resposta. Servirão de guias para a realização de outras pesquisas. A busca por novos paradigmas comportamentais, por novos modelos, levava a experiências de todos os tipos, desde novos figurinos que celebravam a liberdade de cores e de movimento, até o uso de substâncias que se acreditava poder contribuir no processo de autoconhecimento. Evidentemente, essa mesma força de mudança trazia, em si, um movimento em sentido inverso, de permanência de valores. Essas forças antagônicas digladiavam na sociedade e surgem nas fontes através de perfis contraditórios.

O movimento feminista representa uma grande força de renovação. O questionamento dos papéis sexuais na família e na sociedade ganha as páginas das revistas como a guerra dos sexos. A mulher busca a igualdade de direitos, os homens reivindicam a manutenção dos papéis. Aos poucos, as mulheres surgem nas fontes donas do seu destino, indivíduos em ação: chefes de família, profissionais de sucesso, mães solteiras por opção. Aos poucos, elas surgem na mídia, em propagandas, artigos, reportagens, como figuras que também fazem parte do espaço público. A década da mulher, que se inicia, para a ONU⁹, em 1975, Ano Internacional da Mulher, gera inúmeras batalhas, inúmeras conquistas na elaboração de novos modelos femininos, na quebra de velhos paradigmas da feminilidade.

As mudanças mantêm o curso apesar das forças de avanço e de recuo que atuam, como sempre atuarão, na sociedade. Mas as mudanças, uma vez iniciadas, evoluem em direção ao que vivemos hoje, em direção ao que a mulher representa hoje para a família e para a sociedade. São essas forças em eterno diálogo, em eterno processo dialético, que constroem a configuração de um período histórico. Perceber a mulher nessa configuração é buscar reconhecer, através das fontes, a existência de vários perfis femininos, de mulheres cujos anseios e opiniões variam de acordo com fatores como raça, classe social e nível cultural.

Um estudo histórico, descobri, serve para esclarecer muitos acontecimentos e, a partir deles, abrir muitos outros caminhos e gerar muitas outras questões antes não pensadas pelo historiador. Dessa forma, a chama da pesquisa se mantém acesa para além do ponto final de um trabalho, gerando outras pesquisas, outros percursos a trilhar. As fontes que pesquisei podem gerar inúmeras outras histórias, inúmeros outros prismas. Esta é a história possível diante da leitura que fiz das fontes, dos historiadores, das teorias. Esta é a minha história.

9 Organização das Nações Unidas.

4. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Jane Soares de. **Mulher e educação: a paixão pelo possível**. São Paulo: Unesp, 1998.

ANDRADE, Carlos Drummond. **A rosa do povo**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1945.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1987.

_____. **Questões de literatura e de estética**. 2 ed. São Paulo: Unesp/Hucitec, 1990.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertand Brasil/ Difel, 1989.

_____. **A dominação masculina**. Trad. Maria Hekena Küner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BRANCO, Lúcia Castello. **O que é escrita feminina**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

BUITONI, Dulcília Helena Schroeder. **Mulher de papel: a representação da mulher na imprensa feminina brasileira**. São Paulo: Loyola, 1981.

COSTA, Albertina de Oliveira. **Subsídios para a análise da política do governo brasileiro com relação à mulher no período 1975-1984**. São Paulo: Conselho Estadual da Condição Feminina, 1985.

COSTA, Cláudia Lima. Situando o sujeito do feminismo: o lugar da teoria, as margens e a teoria do lugar. In: TRAVESSIA: Revista Literária, n. 29/30, 1995.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990.

_____. **A ordem dos livros**. 2 ed. Trad. Mary Del Priore. Brasília: Editora da UnB, 1999.

_____. **Cultura escrita, literatura e história**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain. **Dicionário de símbolos**. 7 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993.

CLÁUDIA. São Paulo: Abril, n. 17 a 169. Edições publicadas entre fevereiro de 1963 e outubro de 1975.

CUNHA, Luiz Antonio. **Educação e desenvolvimento social no Brasil**. 10 ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

ELIAS, Norbert. **Introdução à sociologia**. Trad. Maria Luiza Ribeiro Ferreira. São Paulo: edições 70, 1970.

HABERT, Nadine. **A década de 70: apogeu e crise da ditadura militar brasileira**. 3 ed. São Paulo: Ática, 1996.

MURARO, Rose Marie. **Libertação sexual da mulher**. Petrópolis: Vozes, 1971.

- NAVARRO, Márcia Hoppe. (Org.). **Rompendo o silêncio**: gênero e literatura na América Latina. Porto Alegre: Editora da Universidade - UFRGS, 1995.
- NICHOLSON, Linda J. (Compiladora). **Feminismo/posmodernismo**. Cambridge: Feminária, 1992.
- NOVAIS, Fernando A. (Coord.). **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- NUNES, Clarice. História da educação: espaço do desejo. In: EM ABERTO. V. 9, n. 47, Jul./set.1990.
- OLIVEIRA, Rosiska Darcy. **O elogio da diferença**. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- REALIDADE. São Paulo: Abril, n. 05 a 119. Edições diversas publicadas entre agosto de 1966 e fevereiro de 1976.
- TELLES, Lygia Fagundes. **As meninas**. 32 ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.
- VEJA. São Paulo: Abril. Edições publicadas entre 25 de setembro de 1968 e 23 de janeiro de 1974.
- THÉBAUD, Françoise. (Org.). **História ocidental das mulheres**. Vol.5 – o século XX. Porto/São Paulo: EBRADIL/Edições Afrontamento, 1991.
- VENTURA, Zuenir. **1968**: o ano que não terminou. 15 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.